

TRT-PR-26246-2009-011-09-00-2-ACO-19983-2011 - 3ª TURMA

Relator: ALTINO PEDROZO DOS SANTOS

Publicado no DEJT em 27-05-2011

EMENTA: AÇÃO INDIVIDUAL. AJUIZAMENTO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DE AÇÃO COLETIVA. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. Muito embora o reclamante tenha constado na lista de substituídos em Ação Civil Pública cuja decisão julgando-a procedente transitou em julgado mas não o beneficiou, não há impedimento para a apresentação de ação individual postulando idêntico direito ao pleiteado na anterior ação coletiva ajuizada pelo Sindicato da categoria. Na interpretação do artigo 103, parágrafos 1º e 2º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), a tutela de direitos coletivos não tem a finalidade de prejudicar os direitos isolados de cada indivíduo, tampouco impedir o exercício do direito de ação individual. Recurso ordinário do reclamante conhecido e provido.